

Contribui com informações ricas a partir da utilização de um corpo bibliográfico composto por obras publicadas em décadas mais distantes como as publicadas mais recentemente. Assim apresenta uma síntese do estado atual de conhecimento do assunto, o que se verifica na abordagem que faz dos bandeirantes por exemplo, o mesmo se dando com as outras duas categorias que aborda, os navegantes e diplomatas. Remonta à história da formação das fronteiras brasileiras a partir desses elementos típicos da História do Brasil.

É um livro agradável de se ler, com uma linguagem fluente e bem elaborada, em alguns trechos até poética ou literária. O leitor termina a leitura deste livro com uma visão contextual ampla e atualizada sobre o tema, que o leva a realizar associações, comparações e o induz a deixar fluir a imaginação.

*Lídia de Oliveira Xavier*

LOHBAUER, Christian. *Brasil-Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999)*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer/Edusp, 2000, 199 p.

O cientista político Christian Lohbauer, após a conclusão de seu doutoramento em 1999, junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, reformula sua tese e elabora *Brasil-Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999)*. Publicado sob os auspícios da Fundação Konrad Adenauer e da editora da USP, o texto dedica-se ao estudo evolutivo das relações bilaterais do Brasil com a República Federal da Alemanha e, após 1990, com a Alemanha unificada. Ressalta as políticas nacionais e internacionais dos dois países, bem como suas abrangências no contexto internacional. Dentro da ordem internacional vigente no período, também prioriza as interações do Brasil e da República Alemã com os Estados Unidos.

Partindo do paradigma da “aliança especial com os Estados Unidos” e do paradigma “globalista” para explicar a atuação do Ministério das Relações Exteriores ao longo da história republicana do Brasil, Lohbauer adota o segundo, mesmo reconhecendo que o Brasil teve os Estados Unidos como aliado especial entre 1964 e 1967 e entre 1990 e 1992. O paradigma “globalista” tem como base a posição mais autônoma do Brasil no mundo, na busca de uma política externa visando sua melhor inserção no cenário internacional. Assim, as relações bilaterais entre o Brasil e a RFA destacaram e destacam-se por marcar a tentativa brasileira de obter uma maior autonomia no panorama mundial e de conquistar um expressivo poder de barganha frente aos países desenvolvidos, principalmente em relação aos Estados Unidos.

*Brasil-Alemanha: fases de uma parceria* é analisado em quatro etapas, caracterizadas pela aproximação ou pelo distanciamento entre os dois países de acordo com as injunções políticas internas e externas de cada um deles. Inicialmente, Christian Lohbauer expõe as condições históricas da aproximação, elaboração e implementação do intercâmbio entre Brasil e Alemanha até a década de 1960. Ressalta o aspecto da complementaridade entre os dois países no que se refere aos interesses econômicos. No primeiro capítulo, “O nascimento da parceria (1964-1973)”, analisa o aprofundamento das relações Brasil-RFA e dá relevância ao caráter de cooperação do governo alemão para com o Brasil. Atribui à retórica diplomática de amizade entre os países uma importância significativa. No segundo capítulo aborda o pragmatismo do governo Ernesto Geisel e o estabelecimento de uma “aliança especial” (1974-1982) entre o Brasil e a RFA. Elabora uma interessante análise sobre a importância da indústria atômica para este país europeu e a necessidade de novos contratos para o setor, visando aumentar as exportações alemãs em decorrência da relativa crise econômica interna.

No terceiro capítulo disserta sobre o distanciamento das relações diante da crise dos anos 80, a chamada “década perdida”. Aponta a ausência de uma política específica do governo alemão para o Brasil e para a América Latina desde 1949. No último capítulo analisa a reaproximação dos dois países na era da globalização (1990-1999), atribuindo a iniciativa da reaproximação da Alemanha com a América Latina ao melhor desempenho econômico e à abertura política no subcontinente. Além disso, o Brasil torna-se, na década de 1990, um país de relevância para a RFA, devido a sua importância regional no Mercosul e em virtude das possibilidades de realização de projetos para a preservação do meio ambiente.

De acordo com o autor, o objetivo do trabalho é “demonstrar que, da perspectiva brasileira, as relações com a RFA foram mais amplas do que a simples cooperação comercial e industrial” (p. 22). De forma subjacente, entretanto, fica clara a condução da análise pelo veio econômico enquanto ação externa dos governos brasileiros entre 1964 a 1999 para assegurar o desenvolvimento econômico brasileiro através de sua capacidade para atrair parcelas significativas dos empréstimos públicos e dos investimentos privados oriundos da RFA. Afirma que a política externa brasileira é exercida claramente a serviço do desenvolvimento econômico.

Pela perspectiva alemã, os fluxos e refluxos dessa parceria são marcados pelos índices de crescimento econômico do Brasil, pela possibilidade do mercado brasileiro de importar equipamentos e tecnologia e pela estabilidade político-financeira no país para os investidores alemães. Isto é, durante os períodos de crise da economia brasileira, as relações bilaterais entre Brasil-RFA sofrem um distanciamento, deixando de existir a complementaridade econômica.

A obra compila interpretações sobre as relações Brasil-RFA, baseando-se na análise de bibliografia e artigos de jornais encontrados, principalmente, nos

diversos institutos de pesquisa da Alemanha sobre a América Latina. Contudo, o trabalho de reflexão de Lohbauer sobre a parceria entre dois países de realidades políticas e econômicas tão complexas só teria a ganhar se o esforço do autor tivesse sido estendido às análises das fontes diplomáticas. O trabalho, que possui uma perspectiva histórica, deixa de realizar uma discussão epistemológica importante para o relacionamento bilateral ao negligenciar a documentação diplomática. O estudo de Moniz Bandeira sobre o mesmo tema nos autoriza o comentário.

Conviria, enfim, corrigir algumas imprecisões do texto. Afirma-se, por exemplo, que “...final de outubro de 1968, ocorre a primeira visita de um ministro do Exterior alemão ao Brasil” (p. 42). Entretanto, Heinrich von Brentano, Ministro do Exterior da República Federal da Alemanha entre 1955 a 1961, visitou o Brasil entre 29 de agosto a 7 de setembro de 1960. Também quanto à titulação dos representantes dos órgãos constitucionais alemães, a obra pode provocar alguma confusão ao leitor desatento: o chanceler Helmut Schmidt é denominado equivocadamente de “presidente” Schmidt (p. 25), enquanto Willy Brandt, então Ministro das Relações Exteriores, de “chanceler” (p. 40). Ainda assim, a publicação ocupa uma posição relevante entre as análises sobre as relações bilaterais brasileiras.

*Ione Oliveira*

LLADÓS, José María & GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs). *Perspectivas: Brasil e Argentina*. Brasília: IPRI, 2000, 668 p.

O livro reúne vinte e cinco estudos de acadêmicos, técnicos, diplomatas e autoridades governamentais. Os autores, brasileiros e argentinos em número equilibrado, expõem o conhecimento com a autoridade de quem está familiarizado com os temas, senão mesmo de quem é protagonista na área de ação. O estilo formal e documentado das contribuições em nada se assemelha a conferências, mas sim a trabalhos escritos para fins de publicação científica. Contudo, os textos foram previamente discutidos em seminário binacional promovido pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O livro se insere em uma série de publicações desse Instituto, cuja finalidade precípua é a de apoiar a Presidência da República e as autoridades setoriais do Governo nas responsabilidades de formulação de estratégias políticas.

O livro estuda os progressos e as possibilidades da economia, da vida política e da sociedade, no Brasil e na Argentina. Duas preocupações norteiam as análises, feitas por especialistas no respectivo setor: as convergências que aproximam as realidades internas de cada país e lhes conferem certa unidade de feição e as diferenças que as distinguem e lhes conferem perfil próprio. Esses